

 <p>ESCOLA DE CIÊNCIAS DA SAÚDE E DA VIDA</p>	<p>PSICO</p> <p>Psico, Porto Alegre, v. 54, n. 2, p. 1-13, jan.-dez. 2023 e-ISSN: 1980-8623 ISSN-L: 0103-5371</p>
<p>http://dx.doi.org/10.15448/1980-8623.2023.2.42671</p>	

SEÇÃO: ARTIGO

“Desgastes e sacrifícios” medicados: A relação trabalho e adoecimento na vida das professoras brasileiras

“Wear and sacrifices” medicated: The relationship between work and illness in the Brazilian teachers life’s

“Desgaste y sacrificios” medicados: La relación entre el trabajo y la enfermedad en la vida de los maestros brasileños

Jerto Cardoso da Silva¹

orcid.org/0000-0003-4798-3756
jerto@unisc.br

Luiza Tamara de

Almeida Leal¹

orcid.org/0000-0001-9846-7175
luiza_tamara@hotmail.com

Elisabete Bertella¹

orcid.org/0000-0003-4503-1794
elisabetedomingo@gmail.com

Cleimar Luís dos

Santos¹

orcid.org/0000-0002-5255-9063
cleimarluis@gmail.com

Stefanie Schmidt¹

orcid.org/0000-0002-8243-9177
tetischmidt.stefanie@gmail.com

Recebido em: 20 jan.2022.

Aprovado em: 01 dez.2022.

Publicado em: 22 dez.2023.



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Resumo: O trabalho docente e suas condições de produção geram agravos à saúde. Uma grande parcela dos docentes tem apresentado riscos de adoecimento e transtornos psíquicos. Assim, este estudo objetivou identificar e analisar, de forma estatística e sob a perspectiva da Análise de Conteúdo, respostas frente a depoimentos de docentes formulados sobre os cuidados dispensados à saúde. Foi verificada, por meio dessas respostas, a relação das docentes com a medicação e, a partir disso, foi estabelecido como são utilizados os medicamentos psicofarmacológicos pelas professoras de ensino básico. Participaram 89 profissionais, que responderam um questionário on-line, os resultados demonstraram que a medicação é um recurso preocupante, 54% participantes utilizam medicação frente ao adoecimento relativo ao trabalho docente; relatam estresse e violência no contexto escolar, sendo vivenciados cotidianamente. Conclui-se, assim, que estão medicados e precisam de espaços de escuta e políticas públicas frente ao agravamento das condições de saúde.

Palavras-chave: Medicalização; Professores; Adoecimento; Trabalho.

Abstract: The teaching work and its production conditions generate health problems. A large proportion of teachers have presented risks of illness and psychic disorders. Thus, this study aimed to identify and analyze statistically and from the perspective of Content Analysis, answers to statements of teachers formulated about health care. Through these answers, we verified the relationship of teachers with medication and, from this, it was established how psychopharmacological drugs are used by primary school teachers. Participants were 89 professionals who answered an online questionnaire, the results showed that medication is a worrying resource, 54% of the participants use medication in the face of illness related to teaching work; report stress and violence in the school context, being experienced daily. Thus, it is concluded that they are medicated and need listening spaces and public policies in the face of worsening health conditions.

Keywords: Medicalization; Teachers; Illness; Work.

Resumen: El trabajo docente y sus condiciones de producción generan problemas de salud. Una gran proporción de maestros han presentado riesgos de enfermedad y trastornos psíquicos. Así, este estudio tuvo como objetivo identificar y analizar estadísticamente y desde la perspectiva del Análisis de Contenido, las respuestas a las declaraciones de las docentes formuladas sobre el cuidado de la salud. Fué verificado, a través de estas respuestas, la relación de los docentes con la medicación y, a partir de esto, fué establecido cómo son utilizados los medicamentos psicofarmacológicos. Los participantes fueron 89 profesionales que respondieron a un cuestionario en línea, los resultados demuestran que la medicación es un recurso preocupante, el 54% de los participantes utilizan medicación frente a enfermedades relacionadas con la labor docente; reportan estrés y violencia en el contexto escolar, siendo experimentado diariamente. Así, se concluye que están medicados y necesitan espacios de escucha y políticas

¹ Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Santa Cruz do Sul, RS, Brasil.

públicas ante el empeoramiento de las condiciones de salud.

Palabras clave: Medicalización; Maestros; Enfermedad; Trabajo.

Introdução

O trabalho docente é considerado, desde 1981, pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) uma atividade de risco, uma vez que os professores compõem a segunda categoria profissional mais acometida por doenças ocupacionais a nível mundial (Borba et al., 2015). A forma prioritária de intervir nos problemas relacionados ao trabalho tem sido a medicamentosa. Kehl (2009, p. 159) adverte que a expansão da indústria farmacêutica e a quantidade exacerbada de fármacos lançados no mercado fazem com que as pessoas ajam como se "as dores da vida pudessem ser dispensadas, eliminadas por meio da medicação". São vidas nas quais a medicação pode acarretar a exclusão das expressões da dor de viver e, diríamos, a alienação das condições de sua produção. De acordo com Franco et al. (2021, p. 48), "em uma sociedade competitiva, os indivíduos comparam e hierarquizam constantemente coisas e pessoas, sendo eles mesmos passíveis de (des)classificação a todo momento".

A precarização das condições de trabalho e vida da classe trabalhadora brasileira, sobretudo as associadas à docência, traduz-se em imposição de baixos salários, associados a ritmos de produção intensificados e jornadas de trabalho prolongadas, e têm provocado adoecimentos. Essas manifestações de adoecimento, com nexos laborais, não são fenômenos novos, mas formas capazes de articular reestruturações produtivas, tendo como consequências a intensificação do ritmo de suas atividades, a robotização do processo produtivo, a multifuncionalidade, a polivalência, a pressão psicológica voltada para o aumento da produção, jornadas mais extensas e a maior insegurança e vulnerabilidade. A sociedade, pautada apenas no capital e na exploração do trabalho, suas precarizações, seus adoecimentos e seus padecimentos físicos e psíquicos, acres-

cidos a constantes tentativas de desmonte dos direitos, exaurem as vidas coletivas e adoecem os trabalhadores (Antunes & Praun, 2015; Barros et al., 2021).

Desse modo, grande parcela dos docentes tem apresentado riscos de adoecimento e transtornos psíquicos. Para o enfrentamento dessas adversidades, decorrentes de questões econômicas, sociais e trabalhistas, observamos o aumento da frequência de diagnósticos de transtornos psiquiátricos nesta população. Isso implica na introdução de novos psicofármacos no mercado farmacêutico, além de novas indicações terapêuticas de psicotrópicos já existentes para uma diversidade de situações não biomédicas, impulsionada por uma concepção de "cura mágica", alardeada pelo *marketing* de indústrias farmacêuticas ligado ao consumo que converte características humanas e sociais em psicopatologias.

Diante disso, o presente artigo é um recorte da pesquisa intitulada "Medicalização, saúde e adoecimento docente, Fase 1: Educação Básica", que decorre de uma série de estudos, desde 2019, que vêm sendo efetuados sobre o processo psicoterápico e o uso de psicofármacos, que sinalizam o crescente uso de medicação na população, enfocando no segmento profissional docente. Por isso, tem-se como objetivo analisar de maneira estatística, e sob a perspectiva da Análise de Conteúdo de Laurence Bardin, as respostas e depoimentos de docentes formulados sobre os cuidados prestados à saúde.

Metodologia

O método utilizado para a investigação foi o misto, ou seja, quantitativo e qualitativo, pelo entendimento de oferecer um maior aprofundamento dos fenômenos que envolvem os professores tanto da rede ensino pública quanto particular brasileira. A investigação foi realizada com professores de todo o país, na qual foi aplicado um questionário *on-line* encaminhado por meio de grupos de professores, tendo como plataforma

principal de divulgação o WhatsApp. O questionário foi elaborado na plataforma digital *Survio*², contendo trinta perguntas (18 dissertativas e 12 de múltipla escolha, exemplo: se fez uso de medicação e quais nos últimos 12 meses; se houve prescrição; se faz uso para doenças orgânicas ou psiquiátricas e quais; qual tratamento, por que iniciou, como se sentiu por que estão adoecendo, entre outras).

Para a coleta dos questionários foi usada a técnica Bola de Neve, a partir de um grupo de discussão de professores de todo o Brasil, foi enviado aos docentes o *link* do questionário e um texto solicitando a participação, e que esses indicassem outros professores. Isso ocorreu por se tratar de uma pesquisa de método misto de análise, optado pelos dados quantitativos, pela análise de frequência de respostas, que compreende a tabulação dos dados coletados no questionário e posterior confronto dessas informações, no software Windows Microsoft Excel³.

Para compor este estudo, foi utilizada a técnica denominada *snowball sampling* (Bola de Neve), denominada por Baldin e Munhoz (2011) como uma técnica que se aplica para atingir os sujeitos em rede de cadeias de referência. Ou seja, segundo Vinuto (2014), é necessária a localização de pessoas que possuam o perfil necessário para a pesquisa, as quais indicarão novos possíveis participantes que também atendam aos critérios de inclusão estabelecidos e assim sucessivamente, até que se tenha o número desejado para os objetivos propostos.

Quanto aos dados qualitativos, coletados por meio das perguntas dissertativas, utilizamos a Análise de Conteúdo de Bardin, com a qual se busca compreender os depoimentos dos participantes. A análise das respostas emitidas nas questões dissertativas oportunizou a fundamentação e o aprofundamento dos resultados quantitativos. Uma das estratégias utilizadas para a análise do conteúdo foram as nuvens de palavras. Esse método se constitui no uso da

quantificação da repetição das palavras citadas nas respostas das perguntas dissertativas. Dessa forma, quanto mais os termos se repetem, maior é o destaque deles dentro da nuvem.

Esta pesquisa é aprovada pelo Comitê de Ética local sob o número do CAEE: 09843019.0.0000.5343. O estudo foi realizado seguindo as orientações da Resolução 510, de abril de 2016, em que se deve levar em consideração a ética em pesquisa, que visa ao respeito, à garantia dos direitos e à devida proteção dos participantes (Conselho Nacional de Saúde, 2016).

Participantes

Para a realização deste estudo, foram considerados como população os professores de escolas públicas e privadas oriundos de diferentes localidades do Brasil. Os participantes foram selecionados a partir de sua disponibilidade e interesse em participar dessa pesquisa. Obteve-se um total de 89 professores participantes de escolas públicas e privadas, englobando, no total, 69 cidades, distribuídos entre os estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Amapá, Ceará, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Goiás, Pará, Maranhão, Paraná, Santa Catarina e Bahia. Nossa população mostrou-se majoritariamente feminina (89% do gênero feminino, 10% do gênero masculino e 1% com o gênero não declarado), a partir disso, os pesquisadores do presente estudo definiram que a escrita será referida ao gênero feminino.

Assim, a amostra compreende professoras que atuam com um percentual de 77,5% em escolas públicas, 15,7% em escolas privadas, e 6,7% em ambas as redes de ensino. Os dados demonstram que 41% das professoras possuem mais de vinte anos dedicados à docência, ao passo que 53% delas apontam ter uma carga semanal de trinta a quarenta horas e 16% com mais de quarenta horas, o que sugere que essa população tem uma longa jornada de trabalho. Quanto aos ní-

² Survio é uma plataforma online direcionada à elaboração e compartilhamento de questionários. Pela plataforma ainda é possível realizar a coleta e análise dos dados, além de seu compartilhamento.

³ O Windows Microsoft Excel é um editor de planilhas produzido pela Microsoft. Por meio desse software é possível criar planilhas, desenvolver cálculos matemáticos e estatísticos para análise de dados, transformando-os em informações relevantes.

veis de escolaridade, 21,3% possuem graduação, 66,3% possuem especialização, 10,1% mestrado e 2,2% doutorado. Nota-se que 51,7% da amostra das professoras trabalha com turmas de Ensino Fundamental, 23,6% com turmas de Ensino Médio e 24,7% com ambos os segmentos de ensino.

Resultados e discussão

As análises desta pesquisa resultaram em três eixos/categorias com as quais estruturamos este artigo: Medicação, adoecimento e trabalho docente; Atravessamento do estresse na vida das professoras brasileiras e A violência no contexto escolar e assédio moral vivenciado pelas docentes.

Medicação, adoecimento e trabalho docente

É cada vez mais frequente e corriqueiro o uso da medicação na educação, sendo amplamente prescrita aos estudantes e às professoras. Mais grave ainda, ela tem se tornado um recurso pedagógico e de trabalho por parte dessas professoras, ou seja, as docentes estão sendo medicadas cotidianamente para fazer frente às adversidades, às tensões, aos conflitos e à exaustão no seu trabalho (Moraes Filho et al., 2019). Calazans e Lustoza (2008) alertam que a medicalização é uma proposta equivocada, pois pretende tratar de uma objetivável que é algo complexo: o sujeito e a suas formas de existência, suas precariedades, sua exploração e fragilidades.

Nesta pesquisa, no que se refere ao uso de medicação, identifica-se que 29% das professoras utilizaram medicações contínuas nos últimos 12 meses, anteriores à pesquisa; 22% utilizam medicações regularmente; e 16% frequentemente, tais taxas indicam uma busca por equilíbrio e bem-estar, mediante o impacto que as relações e a dinâmica de trabalho têm gerado.

Mesmo que a população acuse que 74% das medicações foram prescritas por médicos, 47% confessam ter feito uso de automedicação. Quanto aos sintomas que originaram o uso de medicação, 23% fazem uso de medicamentos para dores; 16% para dormir e 15% para dores de

estômago. Esses números chamam a atenção, especialmente pela porcentagem significativa de professoras que fazem uso de remédios para dormir. Quando questionadas "O que mudou depois do tratamento medicamentoso na sua vida", uma grande parcela se refere à qualidade do sono, como apontam os discursos abaixo:

"Melhorou meu sono e meu desempenho" (Participante 16).

"Conseguir dormir melhor" (Participante 36; Participante 37; Participante 50).

"Agora estou bem, pois consigo dormir de noite" (Participante 55).

"Durmo melhor e consigo concentrar" (Participante 60).

Além de diferentes participantes relatarem o uso de medicação para dormir, lê-se, em suas narrativas, como o uso da medicação já está associado a além das funções do cotidiano, mas principalmente como um recurso para o desempenho de sua atividade profissional. Compreende-se, então, que cada vez mais a medicalização vem sendo empregada por essas docentes não só como "suporte" para o exercício da sua atividade, como também para o tratamento de sintomas resultantes da profissão, o que, segundo Silva e Canavêz (2017), configura-se um quadro preocupante visto o risco de esses medicamentos acarretarem a banalização do uso como uma solução imediata. É o que indicam as seguintes falas:

"Me sinto muito melhor agora medicada. Não sinto mais dores no peito e consigo refletir melhor sobre as situações vividas na escola sem perder o foco e a paciência" (Participante 58).

"Ajudou a enfrentar os desafios diários" (Participante 61).

"O tratamento apazigua a ansiedade e a sensação de angústia e frustração" (Participante 64).

Um dos resultados mais inquietantes encontrados é o de que 74% das participantes relatam fazer uso de medicamentos no último ano. Infere-se, assim, a ideia de que a medicalização progride rapidamente sobre todas as esferas da vida social, planejando problemas inerentes ao sujeito e aos coletivos em questões biológicas.

Dessa forma, oculta desigualdades, desqualifica as diferenças e as caracteriza como um problema nosográfico, transformando em objeto biológico algo social e historicamente construído (Viégas et al., 2014). Esse ocultamento também está ligado às condições de trabalho.

Quanto à população aqui descrita, é possível observar que 54% das professoras fazem uso de medicação para doenças psiquiátricas, dentre as patologias com maiores indicativos estão: a ansiedade (30%) e a depressão (19%). Com base nos depoimentos, observa-se o uso dessas medicações para os sintomas que podem decorrer de suas atividades e auxiliar na manutenção laboral. Neste contexto, a utilização de fármacos psicoativos tem crescido significativamente nas últimas décadas em vários países. Esse crescimento, conforme Rodrigues, Facchini e Lima (2006), pode ser atribuído ao aumento da frequência de diagnósticos de transtornos psiquiátricos na população, bem como à introdução de novos psicofármacos no mercado farmacêutico e às novas indicações terapêuticas de psicotrópicos para problemas que transcendem a esfera orgânica. Infere-se, assim, que os fármacos abarcam as condições de vida e o trabalho dos sujeitos humanos. Associado a isso, observamos, nas falas dessas professoras, que a insegurança no ambiente de trabalho é um possível agente de ansiedade:

"Há um ano tomei antidepressivos e ultimamente tenho pensado em voltar a tomar meu ansiolítico" (Participante, 63).

"As medicações ajudam no controle da ansiedade - lidar com salas de aula com alunos violentos acaba com a gente" (Participante 64).

"Agora depois da pandemia faço terapia. Pois a escola está exigindo muito de nós" (Participante 76).

Han (2015) menciona que o que deixa o trabalhador doente, na realidade, não é o excesso de responsabilidade e iniciativa, mas o imperativo do desempenho como um novo mandato da sociedade pós-moderna do trabalho, ou seja, o excesso de trabalho e desempenho agudizam-se numa autoexploração. Portanto, as adversidades

no trabalho docente, tais como a alta demanda de tarefas, precarização de direitos, renda baixa, desvalorização social, têm acometido um número expressivo de professoras e gerado uma prevalência de diagnósticos de problemas de saúde, doenças mentais e respectiva medicação (Carlotto et al., 2019).

Atravessamento do estresse na vida das professoras brasileiras

A classe docente tem vivenciado grandes desafios pessoais e profissionais frente às atribuições, exigências e condições de trabalho em nosso país – especialmente nos últimos dois anos em decorrência da pandemia do Novo Coronavírus (Covid-19), cujos desafios foram ampliados. O professor é uma categoria muito suscetível ao estresse, devido à sobrecarga de trabalho, baixa valorização, superlotação das salas de aula, falta de infraestrutura nas instituições de ensino e tantos outros percalços (Dalagasperina & Monteiro, 2014). Mas quando falamos em estresse, temos diversas definições, que, segundo Jex (1998), incluem desde estímulos provocados pelo ambiente, e que exigem respostas adaptativas dos trabalhadores, até respostas fisiológicas, comportamentais e psicológicas que aparecem no momento em que os indivíduos vivenciam situações de trabalho as quais carecem de habilidades para enfrentar. Frente a isto, Menezes (2021) relata que o estresse pode ocasionar distúrbios digestivos, respiratórios, gênito-urinários, circulatórios, transtornos psiquiátricos, infartos, hemorragias e quadros depressivos.

Sabe-se que o estresse está presente em qualquer profissão, pois as realidades exigem uma alta pressão por produtividade, carga horária excessiva e condições desfavoráveis à segurança do trabalhador. Mas, particularmente, determinadas profissões possuem um potencial maior para a manifestação do estresse, mediante às condições exaustivas tanto físicas como emocionais às quais os colaboradores estão submetidos e este é o caso dos profissionais ligado à educação (Fritz & Peixoto, 2022; Goulart Junior & Lipp, 2008).

No que tange a esta pesquisa, é possível ob-

servar que o estresse é algo que atravessa a grande parte das entrevistadas realizadas. Em resposta ao questionamento "Além dos fatores orgânicos que outros fatores você considera

importantes para seu adoecimento", percebe-se que "estresse" é a palavra mais trazida por elas, como é possível se observar na nuvem de palavras a seguir:



Figura 1 - Nuvem de palavras: Fatores contribuintes para o adoecimento

A organização de trabalho do professor tem demonstrado diversas características que o expõem a fatores de adoecimento, dentre os quais alguns preditores apareceram nas falas das entrevistas:

"Excesso de trabalho, exigência, uma demanda de trabalho em casa muito grande" (Participante 21).

"O estresse diário na escola, a falta de recursos para modificar as situações vividas, a total falta de parceria da mantenedora, a falta de investimentos em educação, constante ameaça de corte/atraso nos salários, desvalorização das famílias em relação à escola e aos estudantes" (Participante 57).

"Estresse, falta de tempo, cansaço, acúmulo de trabalho" (Participante 33).

"Há um volume de demanda intensa de horas de trabalho além da sala de aula, envolvendo planejamento, formação continuada, preparação de aulas e avaliações, correções, atendimento de famílias, atendimento de estudantes online, produção de materiais para as plataformas, atualização de registro de frequência e aulas dadas etc." (Participante 21).

Podemos relacionar o quanto aparece nas narrativas uma série de fatores que corroboram e demonstram a complexidade das condições de trabalho e que, segundo Murphy (1984), criam demandas que excedem as habilidades de en-

frentamento das trabalhadoras. O estresse pode deteriorar as diversas relações do indivíduo, pois pode causar ansiedade e irritação não apenas no ambiente escolar, mas também nos demais espaços sociais que essas profissionais circulam.

Mediante a identificação dos estressores, é importante compreender os processos de autorregulação do estresse utilizados. Silveira et al. (2014) entendem que as estratégias de enfrentamento são influenciadas por questões de gênero, do contexto de inserção, de aspectos pessoais e de trabalho. A amostra se refere em sua grande maioria a mulheres, professoras, com jornadas de trabalho em sua maioria com mais de 30 horas semanais.

As entrevistadas, quando questionadas quanto aos recursos que utilizam para cuidar da saúde, responderam que não utilizam de nenhum recurso para cuidar de sua saúde. Contudo, uma pequena parcela relata fazer exercícios físicos (caminhada) e ter cuidados com a alimentação, todavia, o maior índice relatou não ter um recurso específico de autocuidado. Infere-se, dessa maneira, que a maior parcela de professoras coloca o trabalho como principal ferramenta de seu cotidiano, o que desperta preocupação.

Os achados ainda sugerem que as docentes mais adoecidas, atualmente, carregam em suas jornadas o peso de um sistema educacional que cobra parâmetros de produtividade desumanos, à mercê de um sistema que aliena o trabalhador, colocando-o como um mero realizador de tarefas e cumpridor de prazos. As seguintes falas retratam o adoecimento:

"As exigências permanentes dos responsáveis e diretores. Perdas salariais. Perda de prestígio e mediante guerra moral promovida contra educação" (Participante 15).

"Atualmente temos trabalhado mais, não somos reconhecidos como deveríamos ser, um excesso de demandas, não tem mente que agüente. O amor pelo que faço me faz insistir e fazer o meu melhor" (Participante 37).

"O momento pelos quais estamos passando é muito delicado, estamos vivendo dia após dia, as mudanças em dar aula nos faz ter muitas dúvidas,

medos, não temos mais horários, estou sempre à disposição das famílias em todos os horários" (Participante 56).

Nesta perspectiva, Moura et al. (2019) alertam que as precárias condições de trabalho têm contribuído de forma significativa para a deterioração das condições de saúde do trabalhador. Esse processo de precarização e/ou a deficiência das condições de trabalho docente inviabiliza a efetivação do ensino de qualidade. A partir de Segat e Diefenthaler (2013), essa precarização tem levado a uma alta prevalência do uso de medicação psicofarmacológica por professores que está relacionada a fatores como estresse emocional, estados de tensão, ansiedade, depressão e carga de trabalho excessiva.

Nossas entrevistadas sinalizaram, em suas narrativas, o excesso de carga horária, as múltiplas jornadas de trabalho, a sobrecarga de trabalho, a falta de tempo para lazer e a desvalorização da profissão. Assim, corroborando com os autores supracitados, essas condições de trabalho podem ser potencializadores de adoecimento docente, o que fica evidente nas falas:

"Com certeza melhorar as condições de trabalho: sala menos cheia e mais recursos no trabalho" (Participante 03).

"O professor deve ter mais horas para preparar as aulas na escola e não levar trabalho para casa. Professor não tem vida própria, não tem tempo para lazer nem para família" (Participante 84).

"Dar condições de trabalho, auxiliares, formação, bons salários, materiais de ponta, apoio de saúde, plano de saúde, carga horária menores e salários dignos" (Participante 24).

"Ter horas de planejamento, personalização dos currículos e processo inclusivo na carga horária semanal do docente. Reduzir o volume para as horas de lazer e de estar com a família" (Participante, 21).

Como apontam Brito e Barros (2014), os modos de representar e viver o trabalho configuram-se como processos que, se não dotados de significado e contentamento, geram adoecimento: a questão físico-postura do professor; os precários recursos materiais das escolas; os efeitos nocivos

sobre a voz; o impacto da dinâmica e agitação das crianças; a ansiedade de ensinar por parte dos docentes; as fadigas; as famílias ou, ainda, as desqualificações vividas no trabalho e os modos de organizar o processo pedagógico. Como observável, é o cotidiano do próprio trabalho que vem sendo indicado pelos professores como fonte de adoecimento.

Para Dejours (2005, p. 40), "o trabalho é o que deve ser ajustado, renovado, imaginado, inventado"; logo, a trabalhadora deve ter uma presença subjetiva e um constante processo de implicação em seu saber/fazer. Os aspectos relatados pelas professoras demonstram insatisfação, indícios claros para um possível adoecimento no trabalho. Para uma das entrevistadas:

"A educação tem sido um desafio tanto no relacionamento com os alunos, com a gestão e, às vezes, com os responsáveis pelo educando. Ainda vivemos uma situação onde os conflitos com as Secretarias de Educação pressionam com criação de projetos e várias outras cobranças. E há de se considerar o salário que é um problema constante" (Participante 60).

Essa fala demonstra a falta de autonomia e as diferentes frentes às quais as docentes estão submetidas, aquele ideário inicial de ensinar e de estabelecer uma relação dialógica vai aos poucos sendo fragmentado nas pequenas burocracias do dia a dia, nas reuniões pedagógicas, nas solicitações institucionais e familiares, em todo este arsenal de atividades impelido pelas organizações. Segundo Dejours (2015, p. 24), "em certas condições emerge um sofrimento que pode ser atribuído ao choque entre uma história individual, portadora de projetos, de esperanças e de desejos e uma organização do trabalho que os ignora". O trabalho é um processo dialético, entre um sujeito que busca dar significação e sentido ao que faz e coloca coisas de si, e o trabalho, que também subjetiva este sujeito, mas que por vezes pode trazer vivências de prazer ou de sofrimento.

Frente a esse cenário, repleto de desafios e atravessamentos, geradores de estresse, como as professoras conseguem se manter em seu

trabalho? Seguindo os preceitos de Dejours, há duas estratégias de enfrentamento do sofrimento no trabalho: as estratégias de defesa individual e coletiva. Esses métodos podem ser definidos como recursos elaborados pelos trabalhadores para minimizar a percepção do sofrimento que o trabalho lhes causa (Dejours, 2005, 2007).

Pelo olhar da psicodinâmica do trabalho, a medicalização torna-se um recurso de enfrentamento individual do sofrimento das professoras. A medicalização acaba afastando e deslocando o sofrimento da relação de trabalho para o indivíduo. De acordo com os dados encontrados ao longo desta análise, percebe-se como a medicação é utilizada como uma forma de anular os sintomas e afastar a causa. Não somente a medicação causa o afastamento da situação-problema, mas também acaba tornando-se uma forma de cuidado com a saúde. Os medicamentos acabam camuflando as tensões oriundas do trabalho, dessa forma, os profissionais começam a ter dificuldade de enxergar os verdadeiros motivos que os levam ao uso dessa medicação, como postulado por Vivian et al. (2019).

As respostas ao questionário ajudam a evidenciar que, além da medicação, são poucas as professoras que buscam outras formas para cuidar de sua saúde. As principais formas de cuidado, citadas pelas professoras, referem-se ao controle da alimentação, caminhadas, exercícios e meditação, todavia, a maior parcela de professores investigados não encontrou uma alternativa de recursos de saúde adequados para suas problemáticas.

"Caminhar, comer o mais saudável possível" (Participante 46).

"Tento ter uma alimentação saudável e tento praticar atividades físicas, mas..." (Participante 71).

"Tento me esforçar para meditar e na medida do possível tento fazer alguma atividade física, mas não consigo manter a rotina para fazer isso. Logo volto a ficar cansada, trabalhar demais pela escola e muita vontade de dormir ao invés de cuidar da saúde" (Participante 57).

Deve-se lembrar que tão relevantes quanto as estratégias de enfrentamento individuais,

como assevera Dejours (2007), são as estratégias coletivas. Isso porque, por mais que o trabalho e o sofrimento envolvam questões individuais, as estratégias coletivas de defesa contribuem para a realização do trabalho coletivo e da construção e vivência no espaço de trabalho e produção de sentidos. Contudo, os achados indicam que as professoras acabam sujeitadas às estratégias de defesa individuais e não coletivas. Isso justifica o número elevado de docentes que administram medicações constantemente, mas que não percebem melhoras nos sintomas. De forma alienada, por vezes, não conseguem perceber que a mudança necessária e a fonte dos sintomas não estão na medicação, mas sim no local onde o trabalho se realiza: nas relações, nas escolas, no coletivo.

A violência no contexto escolar e o assédio moral vivenciado pelas docentes

Segundo Han (2015), a positividade do mundo faz surgir novas formas de violência, imanentes ao sistema. A violência destrói qualquer comunidade, qualquer elemento comum, qualquer proximidade e, inclusive, a própria linguagem. A violência está presente no contexto escolar; logo, as professoras estão expostas à violência. De acordo com Bispo e Lima (2014), o aumento da violência nas escolas evidencia que este ambiente também está em crise. As transformações do laço social afetam as relações no contexto escolar, por isso, as contradições, os problemas sociais, os conflitos de interesse, as relações de poder, as discriminações, as exclusões e as formas de violência presentes na sociedade estão presentes no interior das escolas – uma vez que a escola é reflexo da sociedade que se esconde atrás de seus muros.

A escola é vista como um espaço constituído por segurança e proteção, sendo um centro de formação intelectual, de desenvolvimentos e aprendizagem para seus internos. Contudo, as diversas situações de violência e desrespeito nessa instituição ganham cada vez mais destaque. Isso porque a violência no âmbito escolar é uma

temática que se desdobra em todo o mundo, algo que gera preocupação entre educadores, políticos e a sociedade como um todo. Infelizmente, é um assunto que frequentemente ocupa as páginas de jornais e/ou noticiários, sendo um tema de debate público (Lopes, 2008).

De acordo com uma pesquisa realizada por Souza (2019), 81% dos estudantes e 90% dos professores que participaram souberam de casos de violência em suas escolas estaduais no último ano. Nesses casos, evidenciou-se situações de violência envolvendo *bullying*, agressão verbal, agressão física e vandalismo. Ainda de acordo com a pesquisa de Souza, os professores aparecem como as maiores vítimas de agressão verbal, citada por 83% dos docentes. Tal índice permite compreender o porquê de muitas escolas serem vistas a partir de uma atmosfera de medo e vulnerabilidade, tanto para professores como para alunos.

Assim como nos estudos de Souza (2019), também se percebe a insegurança das professoras no que se refere à violência em seu ambiente de trabalho. No questionamento "Você acredita que os professores estão mais adoecidos atualmente?", elas atrelam a questão da violência nas escolas à desvalorização e sobrecarga de trabalho, como nas citações abaixo:

"Violência em sala de aula" (Participante 06).

"Agressividade dos alunos em situação de desvalorização" (Participante 07).

"Violência dos alunos, desrespeito dos pais, alunos e diretores" (Participante 13).

"Há muita cobrança, pouca valorização profissional e muitos alunos desinteressados e agressivos" (Participante 42).

"Sobrecarga enorme, más condições de trabalho, perseguição por parte dos superiores, e os maus tratos dentro de sala pelos alunos, que nos tratam como lixo" (Participante 66).

Professores permeados por cenários de violência e inseguranças podem apresentar prejuízos em sua saúde mental e qualidade de vida. Ademais, o assédio moral quanto a sua autoestima pode comprometer a carreira, por vezes, longamente sonhada. Muitas vezes, esses profissionais

são silenciados dentro do contexto escolar e acabam sofrendo assédio moral por parte dos alunos, de familiares dos estudantes, colegas de trabalho e gestores da escola - atitudes que, infelizmente, vêm se reproduzindo em escala exponencial nos últimos anos, principalmente pela precarização das condições de trabalho.

O assédio moral é uma manobra perversa que tem como objetivo desestabilizar o outro, fazendo-o duvidar de si e dos outros. Dessa forma, sendo marcado por comportamentos que visam desqualificar, desmoralizar, desestabilizar emocionalmente e moralmente esse trabalhador, o que gera um ambiente de trabalho completamente desagradável e hostil. Hirigoyen (2009, p. 65) define o assédio moral da seguinte maneira:

Por assédio no local de trabalho temos que entender toda e qualquer conduta abusiva manifestando-se, sobretudo, por comportamentos, palavras, atos, gestos, escritos que possam trazer dano à personalidade, à dignidade ou à integridade física e psíquica de uma pessoa, pôr em perigo o seu emprego ou degradar o ambiente de trabalho. Embora o assédio no trabalho seja uma prática tão antiga quanto o trabalho, somente no começo desta década foi realmente identificado como fenômeno destruidor do ambiente corporativo, não só diminuindo a produtividade como também favorecendo o absenteísmo, devido aos desgastes psicológicos que provoca (Vieira & Lima, 2012).

Dentre os dados coletados nas entrevistas, fica evidente que as participantes já se sentiram assediadas dentro de suas rotinas de trabalho. Ressalva-se que elas ligam o assédio moral ao abuso de poder, ligado à pressão e sobrecarga vindas por parte da gestão. Assim como percebemos nas seguintes narrativas:

"Assédio moral são constantes em nosso trabalho" (Participante 62).

"Constante pressão dos gestores" (Participante 28).

"Melhor planejamento por parte das escolas na execução de tarefas, evitando jogar nas costas do professor uma carga excessiva de trabalhos extra-classe; melhor qualificação dos coordenadores,

que hoje apenas cobram e punem os docentes, quando deveríamos, pela própria denominação, coordenar nosso trabalho" (Participante 62).

"Poder trabalhar tranquilamente, sem perseguição política" (Participante 83).

As falas das entrevistadas confirmam que elas sinalizam o assédio moral vindo por parte da gestão das escolas. Mas salientamos que essa prática está presente no cotidiano de muitas escolas e educadores podem sofrer por meio de desrespeito, ameaças físicas e verbais de pais e alunos. O assédio moral também podem estar presente nas relações do trabalho como, por exemplo, nas convocações para reuniões em dias não letivos sem remuneração, no desrespeito advindo de colegas, coordenadores e direção da escola, na diminuição de carga horária de aulas, sem autorização do docente, e nas ameaças de demissões e não cumprimento de direitos trabalhistas que são garantidos pela legislação.

De acordo com Fonseca (2007), diante destas situações, o ambiente laboral passa a ser visto como intolerável. Frequentemente, os docentes, não podendo resistir ao assédio e ao sofrimento causado pelo ambiente, buscam o afastamento do trabalho e, muitas vezes, não conseguem associar tais situações ao ambiente laboral, sendo levados a realizar pedidos de demissão, o que prejudica a vida pessoal e profissional, os laços sociais e o processo de subjetivação de cada indivíduo.

Como resultado, Silva e Negreiros (2020) enfatizam, em seus estudos, que a instituição escolar tem sido cenário de muitas formas de violência e que esta é uma expressão social, política e econômica decorrente de múltiplos fatores sociais, deixando claro que a violência pode ser compreendida de diversas maneiras, mas o diálogo, a escuta democrática, os investimentos na educação e o combate à precarização da formação continuada entre outras medidas podem amenizar essa situação. Por tais motivos, faz-se necessário o alerta de pensarmos e discutirmos uma temática tão importante, que reverbera de forma negativa e prejudica o exercício da função dos docentes.

Considerações finais

A saúde é também uma experiência social e isso nos lança em estudos que refletem conceitos e dispositivos para cuidar de outros aspectos da vida dessas professoras, além dos marcados pela dimensão biológica. Por isso, conhecer o que adocece ou problematizar o adoecimento em pesquisas nas quais a subjetividade é o terreno conduz a pensar para além do organismo (Brito & Barros, 2014), sendo componente do viver e do vivido, por isso a saúde do professor tem um corpo marcado pela historicidade, sendo preciso situar neste corpo de órgãos uma historicidade semântica e produtora de diversas modalidades de discursos e práticas de cuidado.

Martins et al. (2019) evidenciam, em seus estudos, que o adoecimento docente está diretamente relacionado às atividades e às condições nas quais essas profissionais realizam suas atividades, tais como: doenças vocais, doenças osteomusculares, prevalência de problemas psicológicos, estresse, depressão e esgotamento mental, problemas com a gestão, as condições precárias de trabalho nas escolas, salários baixos e a ausência de políticas públicas.

Acrescido disso, esta pesquisa almejou mostrar que mais da metade das professoras (54%) utiliza medicação na sua vida diária, o que nos sugere que, para suportar às condições adversas de vida e de trabalho, os professores precisam estar medicados.

A medicação tem se tornado uma alternativa rápida, imediata, mas pode acarretar sérias consequências à saúde e à vida profissional dessas professoras, pois toda medicação carrega consigo efeitos adversos e colaterais, além disso, temos uma quantidade considerável de professoras se automedicando. Medicam sintomas e não as causas desses problemas que parecem estar vinculados às dimensões da vida e às condições de trabalho. Percebemos que as professoras reconhecem o estresse na sua vida diária, mas as condições de vida e de trabalho não estão sendo associadas diretamente às condições de saúde. As professoras relatam que os sintomas estão sendo medicados, mas as causas ligadas às condições de trabalho e de vida estão sendo

alienadas, visto que elas procuram poucos recursos para além da medicação.

O reconhecimento do trabalho docente é fundamental para a manutenção da saúde das professoras, já que esse elemento é essencial para que o sofrimento e adoecimento advindos do contexto laboral possam ser transformados em prazer e bem-estar. A docência não se refere apenas ao ato de educar e cuidar, mas de propiciar um ambiente favorável tanto para as professoras, quanto para os educandos (Fischer & Perez, 2018).

A partir das análises, corrobora-se com Firbida e Vasconcelos (2019) quando demonstram que no cenário atual os fenômenos psicológicos, sociológicos e econômicos estão sendo tratados de forma abstrata e naturalizante, desvinculados do momento histórico, das condições de vida e de trabalho específicas de cada sujeito, ou seja, é como se estivéssemos desvinculados da realidade e das condições históricas nas quais estamos inseridos. As dificuldades e os sintomas apresentados pelas professoras estão sendo medicalizados, transformados em patologias e sustentados por explicações biologizantes e personalistas.

Lima et al. (2021) apontam os desafios que a escola tem para acolher as necessidades de seus estudantes e professoras sem medicalizá-los. A professora, sem essa compreensão, acaba por interpretar as suas dificuldades e de seus estudantes como sintomas de patologias ou transtornos. Portanto, faz-se necessário criar espaços de reflexão e discussão sobre a medicalização da vida e políticas públicas contra o estabelecimento de práticas medicalizantes na educação e na vida profissional.

Referências

- Antunes, R. L. C.; & Praun, L. (2015). A sociedade dos adoecimentos no trabalho. *Serviço Social e Sociedade*, (123), 407-427. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.030>
- Baldin, N., & Munhoz, E. M. B. (2011). Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. *Anais do X Congresso Nacional de Educação - EDUCERE, I Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação*, Univille. https://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4398_2342.pdf

- Barros, C. C. A., Souza, A. S., Dutra, F. D., Gusmão, R. S. C., & Cardoso, B. L. C. (2021). Precarização do trabalho docente: reflexões em tempos de pandemia e pós pandemia. *Ensino Em Perspectivas*, 2(2), 1-23. <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/4975>
- Bispo, F. S., & Lima, N. L. (2014). A violência no contexto escolar: uma leitura interdisciplinar. *Educação em Revista*, 30(2), 161-180. <https://doi.org/10.1590/S0102-46982014000200008>
- Borba, B. M. R., Diehl, L., Santos, A. S., Monteiro, J. K., & Marin, A. H. (2015). Síndrome de Burnout em professores: estudo comparativo entre o ensino público e privado. *Psicologia Argumento*, 33(80), 270-281. <https://doi.org/10.7213/psicol.argum.33.080.AO04>
- Brito, J. M., & Barros, M. E. B. (2014). Prática de pesquisa e saúde docente: a narratividade como estratégia metodológica. *Rev. Psicol. Saúde*, 6(2), 38-46. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-093X2014000200006&lng=pt&tng=pt
- Calazans, R., & Lustoza, R. Z. (2008). A medicalização do psíquico: os conceitos de vida e saúde. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 60(1), 124-131. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672008000100011&lng=pt&nrm=iso
- Carlotto, M. S., Câmara, S. G., Batista, J. V., & Schneider, G. A. (2019). Prevalência de Afastamentos por Transtornos Mentais e do Comportamento Relacionados ao Trabalho em Professores. *PSI UNISC*, 3(1), 19-32. <https://doi.org/10.17058/psiunisc.v3i1.12464>
- Conselho Nacional de Saúde. (2016). *Resolução n. 510, de 7 de abril de 2016*. Ministério da Saúde. http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html
- Dalagasperina, P., & Monteiro, J. K. (2014). Preditores da síndrome de burnout em docentes do ensino privado. *Psico-USF*, 19(2), 265-275. <https://doi.org/10.1590/1413-82712014019002011>
- Dejours, C. (2005). *O fator humano*. Fundação Getúlio Vargas.
- Dejours, C. (2007). *A banalização da injustiça social*. Fundação Getúlio Vargas.
- Dejours, C. (2015). *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. Cortez.
- Firbida, F. B. G., & Vasconcelos, M. S. (2019). A construção do conhecimento na Psicologia: a legitimação da medicalização. *Psicologia Escolar e Educacional*, 23, 1-9. <https://doi.org/10.1590/2175-35392019016120>
- Fischer, D., & Perez, K. V. (2018). "Eu sou quem então?": o trabalho docente na educação infantil e os impactos da organização do trabalho na dinâmica do reconhecimento. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 21(2), 133-147. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v21i2p133-147>
- Fonseca, R. D. (2007). Assédio moral: breves notas. *Revista LTr*, 71(1), 34-45. <https://revistas.unaerp.br/rcd/article/view/370>
- Franco, F. L. F. N., Castro, J. C. L., Manzi, R. F., Safatle, V. P., & Abdollahyan, Y. A. F. (2021). O sujeito e a ordem do mercado: gênese teórica do neoliberalismo. In V. Safatle, N. Silva Junior, & C. Dunker, *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico* (pp. 47-75). Autêntica.
- Fritz, M., & Peixoto, M. C. O. (2022). O estresse ocupacional docente e suas consequências à saúde. *Revista Contexto & Educação*, 37(117), 85-95. <https://doi.org/10.21527/2179-1309.2022.117.12872>
- Goulart Junior, E., & Lipp, M. E. N. (2008). Estresse entre professoras do ensino fundamental de escolas públicas estaduais. *Psicologia em Estudo*, 13(4), 847-857. <https://www.scielo.br/j/pe/a/QBScTyq8L8bqRnbMydKYND-J/?lang=pt#>
- Han, B. C. (2015) *Sociedade do cansaço*. Vozes.
- Hirigoyen, M. F. (2009) *Assédio moral: a violência perversa no cotidiano*. Bertrand Brasil.
- Jex, S. M. (1998). *Stress and job performance*. Sage.
- Kehl, M. R. (2009). *O tempo e o cão: a atualidade das depressões*. Boitempo.
- Lima, M. L. C., Cruz, B. A., Lima, L. N., & Brandão, D. A. S. (2021). Debatendo sobre medicalização com docentes em escolas públicas e privadas. *Psicologia Escolar e Educacional*, 25, 1-9. <https://doi.org/10.1590/2175-35392021222921>
- Lopes, C. S. (2008). A violência nas escolas de Maringá. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, 30(1), 35-44. <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/2482/3306>
- Martins, M. F. D., Araújo, T. M., Vieira, J. S., & Meireles, J. B. (2019). Educação Infantil e saúde das professoras: estudos que se aproximam ao tema. *Revista Eletrônica de Educação*, 13(2), 712-725. <http://dx.doi.org/10.14244/198271992495>
- Menezes, T. M. C. (2021). Impactos do estresse laboral na saúde do trabalhador. *Revista Multidisciplinar em Saúde*, 2(3), 31. <https://doi.org/10.51161/remS/1433>
- Moraes Filho, I. M., Dias, C. C. de S., Pinto, L. L., Santos, O. P., Félix, K. C., Proença, M. F. R., Cangussu, D. D. D., & Silva, R. M. (2019). Associação de estresse ocupacional e uso de psicotrópicos por docentes da área da saúde. *Revista Brasileira Em Promoção Da Saúde*, 32, 1-9. <https://doi.org/10.5020/18061230.2019.9007>
- Moura, A. O. R., & Oliveira-Silva, L. C. (2019). Centralidade do trabalho, metas e realização profissional: interseções entre trabalho e carreira. *Revista de Administração Mackenzie*, 20(1). doi:10.1590/1678-6971/eRAMG190087
- Murphy, L. (1984). Occupational stress management: a review and appraisal. *Journal of Occupational Psychology*, 57, 1-15. <https://doi.org/10.1111/j.2044-8325.1984.tb00143.x>
- Rodrigues, M. A. P., Facchini, L. A., & Lima, M. S. (2006). Modificações nos padrões de consumo de psicofármacos em localidade do Sul do Brasil. *Revista de Saúde Pública*, 40(1), 107-114. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102006000100017&lng=en&nrm=iso

Segat, E., & Diefenthaler, H. S. (2013). Uso de medicamentos antidepressivos por professores de escolas de diferentes redes de ensino em um município do norte do Rio Grande do Sul. *Perspectiva*, 37(137), 45-54. https://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/137_324.pdf

Silva, E. H. B., & Negreiros, F. (2020). Violência nas escolas públicas brasileiras: uma revisão sistemática da literatura. *Revista Psicopedagogia*, 37(114), 327-340. <http://dx.doi.org/10.51207/2179-4057.20200027>

Silva, L. M., & Canavêz, F. (2017). O estudo da medicalização da vida e suas implicações para a clínica contemporânea. *Revista Subjetividades*, 17(3), 117-129. <http://dx.doi.org/10.5020/23590777.rs.v17i3.5813>

Silveira, K. A., Enumo, S. R. F., Pozzatto, R. N., & Paula, K. M. P. (2014). Indicadores de estresse e coping no contexto da educação inclusiva. *Educação e Pesquisa*, 40(1), 127-142. <https://www.scielo.br/j/ep/a/XCfw798MKWP67KJPLg4KjRn/?format=pdf&lang=pt>

Souza, L. (2019). Violência contra professores e alunos cresce na rede pública paulista. *Agência Brasil*. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2019-12/violencia-contraprofessores-e-alunos-cresce-na-rede-publica-paulista>

Viégas, L. S., Ribeiro, M. I. S., Oliveira, E. C., & Teles, L. A. L. (2014). *Medicalização da educação e da sociedade: ciência ou mito?* EDUFBA.

Vieira, C. E. C., Lima, F. de P. A., & Lima, M. E. A. (2012). E se o assédio não fosse moral?: perspectivas de análise de conflitos interpessoais em situações de trabalho. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 37(126), 256-268. <https://doi.org/10.1590/S0303-76572012000200007>

Vinuto, J. (2014). A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, 22(44), 203-220. <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>

Vivian, C., Trindade, L. L., Rezer, R., Vendruscolo, C., & Rodrigues Junior, S. A. (2019). Estratégias de defesa contra o sofrimento no trabalho de docentes da pós-graduação stricto sensu. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 22(2), 217-234. <https://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v22i2p217-234>

Jerto Cardoso da Silva

Docente do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Psicologia e do Curso de Graduação em Psicologia do Departamento de Ciências da Saúde da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC).

Luiza Tamara de Almeida Leal

Psicóloga, egressa do curso de Psicologia e mestre em Psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC).

Elisabete Bertella

Psicóloga, egressa do Curso de Psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC).

Cleimar Luís dos Santos

Psicólogo, egresso do Curso de Psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC).

Stefanie Schmidt

Psicóloga, egressa do Curso de Psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC).

Endereço para correspondência

JERTO CARDOSO DA SILVA

Av. Independência, 2293, Bl. 35 sala 3527a
96815900, Bairro Universitário
Santa Cruz do Sul, RS, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Texto Certo Assessoria Linguística e submetidos para validação dos autores antes da publicação.